

**A FORMAÇÃO DE MÉDICOS NEGROS NAS ESCOLAS MÉDICAS BRASILEIRAS****Helber Renato Feydit de Medeiros¹**

Em levantamento realizado com base nos inscritos na prova do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) de 2014, somente 0,9% dos cerca de três mil novos médicos formados no ano anterior no Estado de São Paulo eram negros e 85% se declararam brancos, quando o percentual de brancos em São Paulo no mesmo ano é de 63%. (CAMBRICOLI, 2015). Tal situação traz à tona a questão das cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, principalmente aos cursos mais concorridos, como a Medicina. E, finalmente, uma das mais tradicionais faculdades de medicina do país, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), abriu as portas para cotistas. Em Resolução nº 7373, de 10 de julho de 2017, o Reitor da USP comentou que as universidades públicas do Estado de São Paulo estabeleceram o compromisso de atingir, até 2018, a meta de 50% dos ingressantes oriundos de escolas públicas, e destes, 37,5%, correspondentes à participação de cada segmento na população do Estado, de alunos pretos, pardos ou indígenas (PPI) (USP, 2017).

Em pesquisa preliminar, foi realizado um levantamento do número de negros formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a partir de álbuns de formatura. Tal pesquisa mostrou um resultado inesperado. Álbuns da década de 20 do século passado registram um número significativamente maior de negros que álbuns da década de 70. A busca das pastas de alunos correspondentes também mostra aspectos interessantes, como casos em que os registros iniciais indicam que o aluno é pardo e no final do curso o mesmo aluno é registrado como branco. Aparentemente a primeira metade do século XX tem um registro maior de negros no curso médico do que nos anos pós Segunda Guerra.

A pesquisa sobre o número de médicos negros formados pelas faculdades de medicina acaba por abordar duas questões muito debatidas na historiografia brasileira: a formação médica no país desde o século XIX e a questão racial no Brasil. No primeiro caso, observa-se que Flávio Edler faz um balanço historiográfico sobre a medicina brasileira no século XIX apresentando uma revisão crítica dos diferentes olhares projetados por estudiosos, cujas perspectivas constituíram marcos

¹ Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / Docente do Colégio Militar do Rio de Janeiro. E-mail: helbermedeiros68@gmail.com



significativos no esforço de interpretação histórica do campo médico (EDLER, 1998: 169-186).

Outra importante contribuição é de Tania Salgado Pimenta em seu trabalho “Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)” que versa sobre as práticas terapêuticas populares presentes na documentação da Fisicatura-mor daquele período e a perseguição efetuada pelos médicos ao longo do século XIX. Entretanto, a autora traz luz sobre dois casos de negros curandeiros aos quais fora permitido trabalhar de forma oficial: em 1815, o preto forro de nome Adão, praticara sua terapia popular na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro; e em 1856, apesar da perseguição sofrida pela Academia Imperial de Medicina, o curandeiro africano conhecido como Manuel recebeu autorização do presidente da província de Pernambuco para que tratasse dos doentes de cólera (PIMENTA, 1998).

Já no segundo caso, segue-se a ideia de Lilia Moritz Schwarcz, de que a questão racial no Brasil remonta a modelos de reflexão do século das Luzes, já que cientistas do século XIX, muitas vezes, embasavam suas teorias nos pensadores do século XVIII (SCHWARCZ, 1993: 57-60). São ainda analisados trabalhos sobre eugenia em autores como Vanderlei Sebastião de Souza e Nancy Stepan, e de medidas eugênicas praticadas por médicos brasileiros – como no anúncio do “invento” do Dr. Abel Parente (JORNAL DO COMMERCIO), um método de esterilização de mulheres para evitar o nascimento de crianças “degeneradas” (MEDEIROS, 2015: 305-306) – e pelo Estado brasileiro através da higiene pública na década de 30, em que a eugenia se tornou política pública através dos recém-criados Ministérios do Trabalho e da Educação e Saúde, este último comandado por Gustavo Capanema. Com a centralização do poder nas mãos do Estado a partir de 1937, emergiria uma eugenia mais extrema e racializada à medida que se intensificavam os conflitos de classes. Quando novas medidas de seguridade social – benefícios para desempregados, pensões, legislação de proteção ao trabalhador – foram introduzidas, os eugenistas saudaram-nas como contribuições para o “aprimoramento racial”. No entanto, quando notaram que muito dessa legislação era ineficaz por jamais ter sido implementada, a eugenia preventiva tratou os resultados sociais altamente complexos da miséria e da pobreza com metáforas biológicas de hereditariedade e do aprimoramento da raça. O foco nas degenerações supostamente permanentes, causadas pelos venenos raciais – álcool, nicotina e doenças venéreas – fez com que enfatizassem a necessidade de programas estatais de registro e controle sanitário dos pobres e de eugeniização de operários



“indisciplinados”, a fim de “purificá-los” e exortá-los à “virtude moral” e a uma educação sanitária (MEDEIROS, 2010: 67-68).

Negros na Medicina

Apesar do incômodo causado às elites intelectuais, preocupadas em dar respostas ao “mundo civilizado”, a mestiçagem da população brasileira, derivada do “cruzamento de raças”, era uma realidade impossível de ser negada. Além disso, muitos entre esses intelectuais eram também mestiços. Apesar de toda a dificuldade de ascensão social imposta pelo movimento eugênico, negros, mulatos e mamelucos também alcançaram postos e projeções no meio acadêmico e intelectual. Homens como André Rebouças, Machado de Assis e Juliano Moreira, no final do século XIX e início do século XX, se destacaram nas áreas da engenharia, literatura e medicina.

Esta pesquisa se dedicará a observar o problema da formação médica e o pensamento médico sobre a inferioridade dos negros. Poucos são os trabalhos sobre a vida de médicos negros formados nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro no século. A Bibliotheca Gonçalo Moniz, da Faculdade de Medicina da Bahia, promoveu, entre os dias 20/11 a 31/12 de 2017, a exposição “Presença negra na Faculdade de Medicina da Bahia: alunos e docentes (1808-1946)”. Tal evento, além de divulgar parte do acervo histórico da Biblioteca, teve o objetivo de, no mês da consciência negra, dar visibilidade à personalidades afrodescendentes que se destacaram na sociedade brasileira e que lecionaram ou tiveram sua formação acadêmica na Faculdade de Medicina da Bahia, como foi o caso de Juliano Moreira, célebre psiquiatra que se formou e lecionou naquela instituição no final do século XIX.

Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro encontra-se documentação sobre negros no curso médico no século XIX, tais como José Maurício Nunes Garcia e Francisco de Menezes Dias da Cruz - que tinham o mesmo nome dos pais – o músico José Maurício e o médico Dias da Cruz, respectivamente. Existem ainda retratos a óleo de ambos, que integram o acervo da atual Faculdade de Medicina da UFRJ, uma vez que, além de alunos, foram também professores daquela escola. Além disso, existem registros sobre um escravo da Fazenda Real mandado matricular no terceiro ano da Escola Médica em 1815 pelo Príncipe Regente D. João - registro que consta do livro de matrículas de 1815.



Essa pesquisa também pretende acessar as teses de médicos franceses das faculdades de Paris e Montpellier, arquivadas na biblioteca do Centro de Ciências da saúde da UFRJ, e os registros dos primeiros congressos internacionais de eugenia a fim de verificar o pensamento de europeus e americanos sobre o movimento eugênico brasileiro e sobre seus representantes.

Apesar de terem sido encontradas fotografias de turmas de medicina do início do século XX, até hoje não foram encontrados outros registros de negros na Escola Médica do Rio de Janeiro no século XIX. Não há fotografias daquele período e a maior parte da documentação de alunos, presentes nas pastas, não traz registro de cor.

Os objetivos da referida pesquisa são:

1. identificar os médicos negros formados na escola médica do Rio de Janeiro na primeira e na segunda metades do século XX;
2. verificar se a hipótese gerada pelas observações preliminares se mantém no período;
3. pesquisar a documentação de ‘pastas de alunos’ e selecionar aqueles que permitam uma discussão maior de sua historia de vida e trajetória profissional; e
4. discutir possíveis explicações para a tendência observada, caso esta seja confirmada - do decréscimo de negros formados ao longo do século XX.

A hipótese que se chega é que a elite intelectual brasileira, apesar de acreditar que a mestiçagem da população era um fator de enfraquecimento da raça, tinha a esperança de que as políticas públicas de higiene, saneamento e educação, aliadas ao gradual branqueamento, fortaleceriam a raça do povo brasileiro, trazendo, desse caldo de cores, o que havia de melhor em brancos, negros e índios em seus diversos cruzamentos. Dessa forma, mestiços e negros sem vícios e eugenicamente educados – principalmente filhos de negros e mestiços com uma situação econômica e social diferenciada – estariam aptos a darem o seu melhor e, por isso, eram aceitos nos cursos de medicina no século XIX e início do XX, conseguindo transpor assim, a barreira do preconceito racial. Posteriormente, com o resultado da Segunda Guerra Mundial mostrando os horrores do holocausto e das práticas eugênicas desenvolvidas por médicos e cientistas nazistas, a teoria sobre o branqueamento da população brasileira arrefeceu entre a intelectualidade e, paradoxalmente, vindo a recrudescer as ideias racistas sobre as pessoas de cor.



Existem álbuns comemorativos das formaturas, organizadas pelos próprios alunos através de Comissões de Formatura, desde a década de 1910. Aos alunos formandos era solicitado que comparecessem ao estúdio fotográfico contratado para fazer o álbum, incluindo mesmo aqueles que eventualmente não fossem recebê-lo por não desejarem pagar este e outros eventos de formatura que não fossem organizados oficialmente pela Faculdade. Esses álbuns contêm fotos dos formandos, geralmente, sentados em cadeira de espaldar alto, trajando beca e capelo.

Além das fotos dos formandos, os álbuns traziam a foto do diretor da Faculdade, do paraninfo da turma, dos professores e funcionários administrativos homenageados, escolhidos por votação. Também era frequente a inclusão de páginas com o juramento de Hipócrates e homenagens aos cadáveres anônimos – objeto de estudos nas aulas de Anatomia – e pacientes dos hospitais onde aqueles alunos realizavam seus estágios. Era também frequente o agradecimento aos familiares e aos professores em geral.

A organização dos álbuns varia pouco ao longo do tempo. Após as fotos dos dirigentes e homenageados, seguem-se as dos formandos com dois padrões mais frequentes – distribuição por estados de origem – segundo as regiões do país – e dentro desta classificação, por ordem alfabética do prenome. Ou então, por ordem alfabética simples, sem identificação do estado de origem. Após os formandos, eram colocadas, em páginas separadas, as fotos dos alunos que faleceram durante o curso e antes da formatura.

As fotografias, realizadas em estúdios fotográficos aparentemente conhecidos, são em preto e branco e de excelente qualidade. Já foram localizados e integram o acervo do Centro de Documentação do Ensino Médico da UFRJ – CEDEM, quatro álbuns da primeira metade do século 20 e um álbum da segunda metade, do ano de 1970.

Da década de 1940 em diante, as pastas de alunos, outra fonte de pesquisa, contêm retratos 3x4, além de outras informações pessoais sobre os matriculados. Estas pastas estão também no CEDEM e, embora não se tenha ainda informação precisa sobre as prováveis lacunas de informação devido a perda de pastas, pode-se realizar pesquisas neste conjunto documental, que se encontra em processo de reorganização por equipe de arquivistas do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CCS/UFRJ).

Ao se observar os álbuns de formatura do século XX, constata-se que as turmas da primeira metade daquele século possuíam mais alunos negros que a turma de 1970. Dessa forma, a pergunta que se faz é: por que, aparentemente, nas décadas de 10 e 20, apesar da



política de branqueamento posta em prática pelas elites, são encontrados mais alunos negros no curso de medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do que na década de 70?

As fontes primárias a serem utilizadas na pesquisa são os registros de alunos da Escola Médica de Salvador, do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, tendo como recorte temporal o período compreendido entre 1880 e 1950.

A documentação do século XIX é composta de pastas de alunos, registros de nascimento e de vacinação antivariólica. Já a documentação do século XX traz novas possibilidades de pesquisa. Existem registros fotográficos da década de 20 de alguns álbuns de formatura com o nome e o estado de origem dos formandos. A partir dos anos 40 a folha inicial de registro dos alunos traz fotos 3x4. A pesquisa preliminar já realizada pelos professores Jorge Prata de Souza e Diana Maul de Carvalho a partir dos álbuns de formatura mostra que álbuns da década de 20 registram um número significativamente maior de negros que álbuns da década de 70.

Pesquisa preliminar das pastas de alunos correspondentes mostra aspectos interessantes, como casos em que os registros iniciais indicam que o aluno é pardo e no final do curso o mesmo aluno é registrado como branco.

Bibliografia

CAMBRICOLI, Fabiana. “Só 0,9% dos novos médicos de SP é negro” *O Estado de São Paulo*, [São Paulo] 3 Fev. 2015, Seção Saúde. Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,so-0-9-dos-novos-medicos-de-sp-e-negro,1628563>>. Acesso em 27 ago. 2017.

EDLER, Flavio Coelho. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Asclepio*, v. 50, n. 2, p. 169-186, 1998.

MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. Cuidando da criança, trabalhando pela pátria: puericultura e políticas públicas na assistência à saúde infantil no Brasil (1930-1945). 243 fl. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2010.

_____. Parteiras e médicos: a disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetizes na faculdade de medicina do Rio de Janeiro no século XIX. 395 fl. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, out. 1998. Disponível



em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 06 set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000200005>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). 220 fl. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro: 2006a.

_____. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as ideias de Renato Kehl nos anos de 1910 e 1920. In: Revista de História Regional II (2): 29-70, Inverno, 2006b;

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917 – 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. (organizadores) Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

_____. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

USP - Normas. Resolução 7373, de 10 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-7373-de-10-de-julho-de-2017>. Acesso em 19 Out. 2017.

Periódicos:

JORNAL DO COMMERCIO. v.80, n. 359, Rio de Janeiro, 26 e 27 dez. 1900. Anuncios, p. 8-10.